

Polícia apura as ofensas a Sarney

A Superintendência da Polícia Federal de São Paulo abriu ontem inquérito para apurar as ofensas pessoais ao presidente José Sarney feitas pelo presidente da CUT de São Paulo, Jorge Coêlho, e pelo presidente do PT estadual, Djalma Bom, no comício das diretas realizado domingo naquela capital. A informação foi dada ontem pelo ministro da Justiça Paulo Brossard, que acrescentou:

— Há determinados segmentos na sociedade brasileira que ainda não foram apresentados à democracia. O Ministro lembrou que a democracia é o regime da divergência, mas disse que nesse regime é permitido apenas divergir pacificamente, no mundo

das idéias. O Ministro viu como um “desvairamento” as acusações dos dirigentes do PT e da CUT, e afirmou que está havendo um divórcio entre a prática democrática e as manifestações que têm ocorrido ultimamente no País.

SEGURANÇA

O novo esquema de segurança do Presidente da República já se encontra em vigor com a recente portaria do Gabinete Militar da Presidência, que entre outras alterações deixa a cargo do Batalhão de Polícia do Exército o policiamento ostensivo e o controle de trânsito nas recepções nos Palácios do Planalto e Alvorada e nas solenidades

de hasteamento da Bandeira Nacional na substituição da Guarda do Palácio, nas entregas de credenciais de embaixadores e recepção a ministros de Estado estrangeiros.

O deslocamento de autoridades estrangeiras de suas residências até o Palácio do Planalto, será feita por batedores de uma das Forças Armadas, por solicitação do Cerimonial do Palácio.

A coordenação do esquema em Brasília e em outros locais do território nacional por ocasião das visitas do Presidente, ficará a cargo da Subchefia do Exército, integrante da estrutura administrativa do Gabinete Militar da Presidência da República.

Advogados são contra preventiva

Rio — Os advogados de Danilo Groff e Maurício Pencak, indiciados na Lei de Segurança Nacional por ofensa à integridade física do presidente da República, e ainda presos na Polícia Federal, no Rio, dearam entrada, ontem, na 2ª Auditoria de Marinha, com um pedido para que os dois acusados possam responder ao processo em liberdade, por serem primários, terem bons antecedentes e trabalho qualificado.

O advogado Luis Fernando de Moraes explicou que eles decidiram entrar com

esse pedido, para tornar totalmente claro, que a citação de prisão preventiva feita pelo encarregado do inquérito, o delegado do DOPS, Carlos Mandin de Oliveira, é absolutamente desnecessária.

Quanto ao habeas-corpus impetrado em favor de Danilo Groff, a expectativa é a de que ele seja julgado nos próximos dias. O juiz-auditor da 2ª Auditoria de Marinha, Roberto Lins e Silva, se reservou o direito, inclusive, de só apreciar o pedido de preventiva, após a apreciação do

habeas-corpus pelo STM, em Brasília.

Ontem, ao contrário do que estava previsto, o delegado Carlos Mandin de Oliveira não foi a Brasília, para ouvir integrantes que formavam na comitiva presidencial, nos incidentes ocorridos em frente à Academia Brasileira de Letras e junto ao museu do Paço Imperial, na Praça XV, permanecendo todo o dia trancado em seu gabinete, na Polícia Federal, não concedendo qualquer tipo de informação à imprensa.